



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS  
COORDENAÇÃO GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

**QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 22/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO POR MEIO DA SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E A COORDENAÇÃO-GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO, DA SECRETARIA EXECUTIVA, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E A EMPRESA CTIS TECNOLOGIA S/A.**

A **UNIÃO**, por intermédio da Subsecretaria de Assuntos Administrativos e da Coordenação-Geral de Material e Patrimônio, da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ/MF sob o nº 00.394.544/0036-05, sediada na Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Anexo A, 3º andar, Sala 317, em Brasília/DF, representada por **LEONARDO ROSARIO DE ALCANTARA**, portador da Cédula de Identidade nº 91002365646, expedida pela SSP/CE e inscrito no Cadastro da Pessoa Física – CPF/MF sob o nº 584.867.471-04, nomeado por meio da Portaria nº 1.887, de 14 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 178, Seção 2, Página 2, de 15 de setembro de 2016, e conforme as atribuições delegadas pela Portaria nº 133, de 26 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 19, de 27 de janeiro de 2011, Seção 2, Página 37, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a Empresa **CTIS TECNOLOGIA S/A**, inscrita no CNPJ nº 01.644.731/0001-32, estabelecida à SCN Qd. 04, Bl. “B”, nº 100 salas 201, 204, 403 e 804 – Centro Empresarial Varig, CEP 70714-900, Asa Norte, Brasília – DF, neste ato representada pelo Sr. **AVALDIR DA SILVA OLIVEIRA**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 356.831 SSP/DF e do CPF nº 102.252.261-20, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo aditivo, tendo em vista o contido no Processo nº 25000.090683/2012-51, referente à licitação denominada Pregão nº 19/2013, considerando as disposições estabelecidas no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações e as demais normas que regem a espécie, mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato Administrativo nº 22/2013, a fim de que se estenda para o período de 26 de junho de 2017 a 25 de junho de 2018.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO E DOS PAGAMENTOS**

O valor total global anual do objeto deste Contrato é de **R\$ 127.281.700,00** (cento e vinte e sete milhões, duzentos e oitenta e um mil e setecentos reais) e o valor mensal de **R\$ 10.606.808,33** (dez milhões, seiscentos e seis mil, oitocentos e oito reais e trinta e três centavos).



### CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas advindas do presente Termo Aditivo correrão por conta dos recursos consignados ao Ministério da Saúde, pelo PTRES: 091372, Elemento de Despesa: 3.3.90.39, Programa de Trabalho: 10.126.2015.20YN.0001.

**Parágrafo Único** – A nota de empenho para cobrir as despesas quanto ao exercício de 2018 será emitida oportunamente, indicando os recursos aprovados no respectivo exercício.

### CLÁUSULA QUARTA - DA GARANTIA CONTRATUAL

Como garantia das obrigações assumidas neste termo aditivo, a CONTRATADA prestará, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data da assinatura deste instrumento, garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme disposto no art. 56, §1º, da Lei nº 8666/93.

### CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Além dos casos previstos em lei, o Contrato poderá ser rescindido pelo Ministério da Saúde a qualquer momento, durante o prazo de vigência prorrogado por meio do presente Termo, desde que notificada a CONTRATADA em prazo a ser combinado com ambas as partes em prazo não inferior a 30 (trinta) dias, sem que haja indenizações de qualquer natureza à CONTRATADA.

### CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

Fica resguardado o direito de análise de solicitação de reajuste da CONTRATADA, posteriormente a celebração do presente Termo Aditivo, conforme documento registrado no SIPAR sob o nº 25000.097189/2016-41.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições constantes no Contrato Originário, não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

### CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

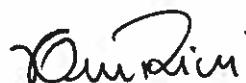
A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Termo Aditivo no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês subsequente de sua assinatura, conforme prevê o art. 61, Parágrafo único da Lei nº. 8.666/93.

E, assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Brasília – DF, 24 de abril de 2017.



**LEONARDO ROSARIO DE ALCANTARA**  
Subsecretário de Assuntos Administrativos  
SAA/SE/MS



**AVALDIR DA SILVA OLIVEIRA**  
CTIS Tecnologia S/A  
Viviane Ricci  
VP Comercial  
CTIS Tecnologia S/A

#### Testemunhas:

NOME: Marcelo B.F. Dias

CPF: 000.999.471-88

NOME: CARLOS ANDRÉ LOPES

CPF: 724201391-04





## EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2017

Número do processo: 08655.001822/2017-71. Pregão nº 003/2017. Contratante: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NA BAIHA (CNPJ: 00.394.494.0109/56). Nº da Ata: 02/2017. Contratada: Cubo Ice Distribuidora Eireli. (CNPJ: 10.816.212/0001-03). Valor Unitário: R\$ 5,04 (Item 02), valor Unitário: R\$ 9,39 (Item 09). Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93 e demais normas legais aplicáveis. Vigência: 24/04/2017 a 23/04/2018. Data de assinatura: 24/04/2017.

## EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2017

Número do processo: 08655.001822/2017-71. Pregão nº 003/2017. Contratante: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NA BAIHA (CNPJ: 00.394.494.0109/56). Nº da Ata: 03/2017. Contratada: SUPRA FORNECIMENTOS DE ALIMENTOS, MATERIAL DE LIMPEZA, LTDA - ME. (CNPJ: 21.871.060/000150). Valor Unitário: R\$ 5,84 (Item 04), valor Unitário: R\$ 8,49 (Item 07), valor Unitário: R\$ 9,33 (Item 11), valor Unitário: R\$ 8,11 (Item 12), valor Unitário: R\$ 10,83 (Item 13), valor Unitário: R\$ 9,72 (Item 15). Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93 e demais normas legais aplicáveis. Vigência: 25/04/2017 a 24/04/2018. Data de assinatura: 25/04/2017.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO  
18ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA  
RODOVIÁRIA FEDERAL

## EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Administrativo 10/2016.  
Objeto: Aquisição de Coleta balístico nível III-A e Capas para placas de colete.  
Valor: R\$349.222,00 (Global).  
Contratante: Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal no Maranhão. SRPRF/MA.  
CNPJ: 00.394.494/0119-28.  
Contratado: Companhia Brasileira de Cartuchos  
CNPJ: 57.494.031/0010-54.  
Vigência: 30.12.2016 a 29.12.2017.  
Data da Assinatura: 30.12.2016.

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2017 - UASG 200124

Número do Contrato: 2/2016.  
Nº Processo: 08665001153201638.  
PREGÃO SISPP Nº 1/2016. Contratante: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. CNPJ Contratado: 09028981000150. Contratado: B B ALMEIDA & SERVIÇOS LTDA - EPP. Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato nº 02/2016 por período de mais 02 (dois) meses, compreendendo final em 03 de Julho de 2017. Fundamento Legal: Lei nº 8666 de 1993. Vigência: 03/05/2017 a 03/07/2017. Data de Assinatura: 18/04/2017.

(SICON - 26/04/2017) 200124-00001-2017NE800170

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO  
COORDENAÇÃO REGIONAL DO MÉDIO PURUS

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2017 - UASG 194848

Número do Contrato: 109/2015.  
Nº Processo: 08116000136201438.  
INEXIGIBILIDADE Nº 2/2015. Contratante: FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - CNPJ Contratado: 33000118000179. Contratado: TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM - RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Objeto: Prorrogação e reajuste do Contrato nº 109/2015. Fundamento Legal: Lei nº 8666/93 e alterações posteriores. Vigência: 05/02/2017 a 05/02/2018. Valor Total: R\$43.923,04. Fonte: 100000000 - 2017NE800005. Data de Assinatura: 01/02/2017.

(SICON - 26/04/2017) 194035-19208-2017NE800011

## DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL

## EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Acordo nº 01/2017. Processo nº 08620.140209/2015-12. Participes: Fundação Nacional do Índio - FUNAI, CNPJ nº 00.059.311/0001-26, representada por seu Presidente Antonio Fernandes Tominho Costa, CPF nº 008.304.359-48 e o Estado do Maranhão, por intermédio de sua Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF/MA, representada por seu Secretário Sr. Adelson de Andrade Soares, CPF nº 329.829.253-20. Objeto: viabilizar a conjunção de esforços dos signatários na obtenção de informações e intervenções que permitam as atividades produtivas (agrícolas e não agrícolas) e socioeconômicas dos povos indígenas, bem como o apoio a programas que assistam aos indígenas no Estado do Maranhão, visando à soberania alimentar. Dos Recursos Financeiros: O presente Acordo não implica transferência de valores entre os participantes, ficando cada parte responsável pelos recursos necessários à implementação das ações que forem de sua responsabilidade. Da Vigência: 04 anos, contados da data de sua assinatura (23/03/2017 a 23/03/2021). Data de Assinatura: 23/03/2017.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/sistema/leil.html>, pelo código 00032017042700107

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA  
DE SEGURANÇA PARA GRANDES EVENTOS

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1/2017

Tendo em vista a impossibilidade de localização da Empresa ARTEL RECURSOS HUMANOS EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ, sob o nº 18.603.561/0001-40, nos endereços fornecidos a esta Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos do MISP, conforme autoriza o §4º, do art. 26 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, NOTIFICA-SE a citada empresa da aplicação, em seu desfavor, da penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de 3 (três) anos, com futuro no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e nas Cláusulas 13.2, 13.2.1 e 13.2.2 do Contrato nº 40/2016 - SESGE, combinada com a multa compensatória no valor de R\$ 6.855.815,27 (seis milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e quinze reais e vinte e sete centavos), nos termos do art. 87, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e das Cláusulas 13.3 e 13.3.1, do Contrato nº 40/2016 - SESGE, registrando-as no SICAF e CONCEDE-LHE o direito de apresentar recurso de decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar desta publicação, conforme previsto na alínea "f", do inciso I, do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estandolhe facultado vistas dos autos durante o expediente administrativo na Coordenação-Geral de Administração, Licitações e Contratos da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, no endereço SPO, Setor Policial, Área 5, Quadra 3, Bloco G, Ed. Sede do DPRF, CEP 70.610-200, na cidade de Brasília/DF. A não manifestação no prazo legal informado ensejará na manutenção das penalidades previstas legal e contratualmente.

GUSTAVO PAULO LEITE DE SOUZA  
Diretor de Administração

## EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO

Termo de Doação nº 68/2016. Processo nº 08131.004177/2016-77. Doador: Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos. Donatário: Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social do Rio Grande do Norte. Objeto: Solução - Veículo aéreo não tripulado - Drone. Data de assinatura: 07/04/2017. Assinatura: ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES, Secretário Extraordinário de Segurança para Grandes Eventos, e CAIO CÉSAR MARQUES BEZERRA, Secretário de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social do Rio Grande do Norte.

## SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

## EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 19/2017

PROCESSO: 08012.00566/2014-82. ESPÉCIE: Acordo de Cooperação Técnica nº 19/2017 que trata si celebração a Secretaria Nacional do Consumidor - Senacem e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. OBJETO: Promover ações conjuntas para o incentivo e espreçoamento de métodos autocompositivos de solução de conflitos de consumo voltados para redução e prevenção dos litígios judicializados, através do uso da Plataforma CONSUMIDOR.GOV.BR. VIGÊNCIA: 24 meses. DATA: 24/04/2017. ASSINATURA: Arthur Luis Mendonça Rollo, CPF: 258.783.058-36, Secretário Nacional do Consumidor; Desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascarelli, CPF: 649.203.308-63, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

## SECRETARIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

EDITAL Nº 1, DE 26 DE ABRIL DE 2017  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Projeto Pensando o Direito por meio do PRODOC BRA/16/021 seleciona consultor (a) para desenvolver estudo crítico, a partir de coleta de dados, sobre o tema "Desafios para a Gestão do Conhecimento na Administração Pública", e proposta de construção de uma ferramenta organizacional.

Qualificações obrigatórias:  
- Graduação em qualquer área de formação;  
- Pelo menos 4 anos de experiência profissional na área de gestão do conhecimento;  
- Pelo menos 8 anos de experiência profissional no desenvolvimento sistemas de gestão do conhecimento.

Local de trabalho, período e valor do contrato:  
Brasília - DF; junho a novembro de 2017 (seis meses); até 50.000,00.

Processo seletivo:  
Para participar o candidato deve preencher o formulário de inscrição (<https://goo.gl/jaK4S8>), até o dia 16 de maio de 2017, seguindo critérios estabelecidos na íntegra do edital normativo do Processo Seletivo Simplificado, disponível no portal do Projeto Pensando o Direito (<http://pensando.mj.gov.br/>).

As (Os) interessadas (os) em participar do processo seletivo deverão apresentar proposta de projeto concernente ao tema Desafios para a Gestão do Conhecimento na Administração Pública, no ato da inscrição.

\*De acordo com o Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004, no âmbito dos acordos de cooperação técnica internacional, é vedada a contratação de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias e controladas.

EDSON BEZ DE OLIVEIRA  
SecretárioEDITAL Nº 2, DE 26 DE ABRIL DE 2017  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Projeto Pensando o Direito por meio do PRODOC BRA/16/021 seleciona (1) consultor (a) para realizar consultoria técnica especializada com foco no estudo das implicações práticas das definições jurídicas de família para fins de concessão de benefícios sociais do Governo Federal.

Qualificações obrigatórias:  
- Graduação em qualquer área de formação;  
- Pelo menos 4 anos de experiência profissional na área do Direito de Família ou Direito Previdenciário.  
Local de trabalho, período e valor do contrato:  
Brasília - DF; junho a novembro de 2017 (seis meses); até 40.000,00.

Processo seletivo:  
Para participar o candidato deve preencher o formulário de inscrição (<https://goo.gl/Q595Wb>), até o dia 16 de maio de 2017, seguindo critérios estabelecidos na íntegra do edital normativo do Processo Seletivo Simplificado, disponível no portal do Projeto Pensando o Direito (<http://pensando.mj.gov.br/>).

As (Os) interessadas (os) em participar do processo seletivo deverão apresentar proposta de projeto concernente ao tema Implicações práticas das definições jurídicas de família para fins de concessão de benefícios sociais do Governo Federal, no ato da inscrição.

\*De acordo com o Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004, no âmbito dos acordos de cooperação técnica internacional, é vedada a contratação de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias e controladas.

EDSON BEZ DE OLIVEIRA  
Secretário

## Ministério da Saúde

SECRETARIA EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS  
ADMINISTRATIVOS  
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATERIAL  
E PATRIMÔNIOEXTRATO DE DISPENSA  
DE LICITAÇÃO Nº 28/2017 - UASG 250110

Nº Processo: 25000197250201579 - Objeto: Contratação remanescente de empresa especializada na prestação de serviços de recepção, com mão de obra exclusiva, para atender às necessidades do Ministério da Saúde e de suas Unidades sediadas no Distrito Federal. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XI da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Contratação de remanescente oriundo do Pregão Eletrônico nº 35/2015. Declaração de Dispensa em 26/04/2017. TIAGO PONTES QUEIROZ, Coordenador Geral de Material e Patrimônio. Ratificação em 26/04/2017. LEONARDO ROSARIO DE ALCANTARA, Subsecretário de Assuntos Administrativos. Valor Global: R\$ 2.069.370,84. CNPJ CONTRATADA: 26.413.146/0001-52 CONFERE COMERCIO E SERVICOS DE ALIMENTACAO E PRODUTOS DESEGURANCA ELETRONICA LT.

(SIDE - 26/04/2017) 250110-00001-2017NE800119

## EXTRATO DE RESCISÃO

CONTRATO Nº 64/2015  
Nº Processo: PEC 8543. Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE - CNPJ Contratado: 08139629000129. Contratado: ADSETE ADMINISTRACAO E -TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA EI. Objeto: A prestação dos serviços de recepção, com dedicação de mão de obra exclusiva para atender às Unidades do Ministério da Saúde. Fundamento Legal: Itens 16.3.3 e 17.1 do Contrato Administrativo nº 64/2015 e/ou arts. 77, 78 e 80 da Lei nº 8.666/93. Data de Rescisão: 01/05/2017.

(SICON - 26/04/2017) 250110-00001-2017NE800119

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2017 - UASG 250110

Número do Contrato: 22/2015. Nº Processo: 25000090683201431. PREGÃO SISPP Nº 19/2013. Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE - CNPJ Contratado: 01644731000132. Contratado: GTIS TECNOLOGIA S.A. - Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 22/2013 a fim de que se estenda por o período de 26 de junho de 2017 a 25 de junho de 2018. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 26/06/2017 a 25/06/2018. Data de Assinatura: 04/04/2018.

(SICON - 26/04/2017) 250110-00001-2017NE800119

## COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS GERAIS

EXTRATO DE DISPENSA  
DE LICITAÇÃO Nº 211/2017 - UASG 250005

Nº Processo: 25000043862201712 - Objeto: Aquisição Agrupada de medicamentos e correlatos para atender Demanda Judicial Total de Itens Licitados: 00052. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso IV da Lei

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.